



330-

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0151783-5/01

AUTORES: Roberto Silva Braz e Reginaldo Gomes da Silva

RÉU: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Melo

EMENTA: AÇÃO RESCISÓRIA. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO ÀS FILEIRAS DA PMPE COM FUNDAMENTO NA NULIDADE DO ATO DE LICENCIAMENTO *EX OFFICIO*. PRESCRIÇÃO CONTRA FAZENDA PÚBLICA REGULADA PELO ART. 1º DO DECRETO FEDERAL Nº 20.910/32. INAPLICÁVEIS OS ARTIGOS 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 E 200 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO DE LEI. IMPROCEDÊNCIA. 1. Trata-se de ação rescisória visando à desconstituição de sentença proferida pelo Juízo da Vara da Justiça Militar (e confirmada neste Tribunal), que extinguiu, por prescrição, a ação ordinária interposta pelos autores, na qual buscavam ser reintegrados aos quadros da PMPE (da qual foram licenciados *ex officio*, a bem da disciplina). 2. De proêmio, passa-se a apreciar a preliminar de intempestividade da contestação do Estado, argüida pelos autores. 3. É consabido que a citação da pessoa jurídica de direito público deve-se operar por oficial de justiça, nos termos do art. 224 do CPC. 4. A citação do Procurador Geral do Estado se deu em 07 de maio de 2010, uma sexta-feira, iniciando-se o prazo da Fazenda Pública para contestar a ação no primeiro dia útil seguinte ao ato citatório, em 10 de maio de 2010. 5. Note-se que o prazo da Fazenda para contestar conta-se em quádruplo, nos termos do art. 188 do CPC, inclusive em sede de Ação Rescisória (REsp 363.780/RS, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ 02/12/2012). 6. Assim, verifica-se que o Estado protocolou a sua resposta dentro do prazo legal, em 04 de junho de 2010. Nesse panorama, não merece acolhida a alegação de intempestividade da contestação do Estado. 7. Mérito: na petição inicial da ação ordinária cuja sentença ora pretendem ver rescindida, os autores se insurgiram contra o seu licenciamento *ex officio* das fileiras da Corporação policial, sob o argumento de que não lhes teriam sido asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa e de que o Comandante Geral da Polícia Militar seria autoridade incompetente para o decreto de exoneração. 8. Não se tratava, destarte, de ação de reintegração fundada na absolvição, na esfera criminal, da acusação que teria dado causa à demissão, cujo prazo prescricional seria contado a partir do trânsito em julgado da sentença penal absolutória – circunstância esta que sequer ocorreu no caso concreto, uma vez que o processo criminal a que respondiam os autores teve decretada a extinção da punibilidade pela prescrição, nos termos do art. 123, IV, do CPM (cf. certidões da Vara da Justiça Militar acostadas). 9. O magistrado de primeiro grau, na sentença rescindenda (confirmada por decisão terminativa monocrática da lavra do eminente Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo), considerando que os atos de licenciamento *ex officio* foram editados há mais de cinco anos da propositura da ação, reconheceu a prescrição do fundo de direito, com base no art. 1º do Decreto nº 20.910/32. 10. A esse respeito, é pacífico no âmbito da jurisprudência pátria que a ação que visa à reintegração de servidor público demitido por suposta nulidade do ato administrativo demissionário – ação pessoal contra a Fazenda Pública – prescreve no prazo de cinco anos contados da data da demissão. 11. Com efeito, os autores foram licenciados através do Boletim Interno nº 124, de 06 de julho de 1988, tendo sido aquela ação ordinária proposta apenas no ano de 2002. 12. No caso em apreço, há um lapso temporal de 14 (quatorze) anos entre a propositura da ação e o

AR 0151783-5/01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

331-

ato inquinado de nulidade, restando evidentemente consumada a prescrição de que trata o art. 1º do Decreto Federal nº 20.910/32. **13.** Nesse panorama, não se aplica à espécie o prazo prescricional vintenário previsto no art. 177 do Código Civil de 1916. **14.** Por outro lado, não merece prosperar a tese dos autores de que o prazo de prescrição para desfazimento do ato de licenciamento *ex officio* encontrava-se suspenso até a conclusão do processo criminal a que respondiam pelos mesmos fatos, a teor do art. 200 do Código Civil de 2002. **15.** O art. 200 do CC aplica-se às ações indenizatórias de reparação de dano decorrente de ato ilícito objeto de apuração em processo criminal, o que não guarda qualquer relação com a hipótese dos autos. **16.** Como visto, naquela ação ordinária, postulavam os autores a reintegração ao cargo de policial militar arguindo a nulidade do ato de licenciamento *ex officio* – por suposta ausência de observância ao princípio do devido processo legal e suposta incompetência do Comandante Geral da Polícia Militar para a edição do ato. **17.** Logo, não há identidade de matéria entre a hipótese em lume e as ações de responsabilidade civil que dependam de apuração do fato no juízo criminal. **18.** Ademais, é cediço que a esfera administrativa é soberana para julgar o ilícito administrativo que constitua, também, em tese, ilícito penal. **19.** Assim sendo, a imposição de sanção disciplinar pela Administração Pública prescinde de anterior julgamento na esfera criminal, consoante o amplo entendimento consolidado nos Tribunais Superiores sobre o tema. **20.** Nessa ordem de idéias, a circunstância de estarem os militares respondendo à ação penal acerca dos mesmos fatos que deram origem à sua exclusão do serviço público não constituía óbice à fluência do prazo prescricional quinquenal para desfazimento do ato de licenciamento *ex officio*. **21.** Nessa perspectiva, é de se afirmar a inexistência de violação a dispositivo literal de lei, sendo certo, ademais, que a inicial deste feito não aponta nenhuma razão de fato ou de direito que pudesse ensejar o reconhecimento de algum equívoco na sentença rescindenda. **22.** Ação Rescisória julgada improcedente. **23.** Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Ação Rescisória nº 0151783-5/01, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em julgá-la improcedente, nos termos do voto do Relator e do Revisor, que integram o acórdão.

Recife, 08 de outubro de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AÇÃO RESCISÓRIA Nº: 0151783-5/01

AUTORES: Roberto Silva Braz e Reginaldo Gomes da Silva

RÉU: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **ação rescisória** movida por **Roberto Silva Braz e Reginaldo Gomes da Silva** em face do **Estado de Pernambuco**, visando à desconstituição de sentença (fls. 148/152) proferida pelo Juízo da Vara da Justiça Militar (e confirmada neste Tribunal), que extinguiu, por prescrição, a ação ordinária interposta por eles, na qual buscavam ser reintegrados aos quadros da PMPE (da qual foram licenciados *ex officio*, a bem da disciplina).

Sustentam os autores que a sentença rescindenda teria violado, literalmente, dispositivo de lei, na medida em que não considerou que eles respondiam, à época, a processo criminal, cuja sentença definitiva foi prolatada em 26 de novembro de 2001, o que atrairia o disposto no art. 200 do CC/2002, segundo o qual "*quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva*".

Afirmam, ainda, que o seu licenciamento *ex officio* se deu no ano de 1988, durante a vigência do Código Civil de 1916, pelo que deveria incidir na espécie o prazo prescricional vintenário previsto no seu art. 177.

Em resposta (fls. 279/286), o Estado averbou a ausência de violação literal a dispositivo de lei, sob o fundamento de que a ação que visa à reintegração de policial militar licenciado *ex officio*, a despeito da eventual nulidade do ato administrativo, regula-se pela prescrição quinquenal do art. 1º do Decreto nº 20.910/32 e que a contagem do prazo inicia-se a partir da edição do ato administrativo de exclusão, consoante o entendimento majoritário dos Tribunais Superiores.

Na réplica de fls. 297/302, os autores argüiram a intempestividade da contestação, pugnando, assim, pela decretação da revelia do Estado e procedência do pedido.

O parecer ministerial pugnou pela improcedência da ação rescisória às fls. 312/315.

Tendo em vista que a discussão é exclusivamente de direito, dou por encerrada a fase instrutória.

É o relatório.

Encaminhem-se os autos à douta revisão (no âmbito do Grupo de Câmaras de Direito Público), para oportuna inclusão em pauta.

Recife, 18 de setembro de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

Revisor: Des. Antenor Soares
Recife, 20/09/13
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

332.

AÇÃO RESCISÓRIA Nº: 0151783-5/01
AUTORES: Roberto Silva Braz e Reginaldo Gomes da Silva
RÉU: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, passo a apreciar a preliminar de intempestividade da contestação do Estado, argüida pelos autores.

É consabido que a citação da pessoa jurídica de direito público deve-se operar por oficial de justiça, nos termos do art. 224 do CPC.

A citação do Procurador Geral do Estado se deu em 07 de maio de 2010 (fls. 288-vº), uma sexta-feira, iniciando-se o prazo da Fazenda Pública para contestar a ação no primeiro dia útil seguinte ao ato citatório, em 10 de maio de 2010.

Note-se que o prazo da Fazenda para contestar conta-se em quádruplo, nos termos do art. 188 do CPC, inclusive em sede de Ação Rescisória (REsp 363.780/RS, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ 02/12/2012).

Assim, tenho que o Estado protocolou a sua resposta dentro do prazo legal, em 04 de junho de 2010 (fls. 179)

Nesse panorama, não merece acolhida a alegação de intempestividade da contestação do Estado.

Prossigo, pois, com a análise do mérito da ação.

Compulsando os autos, verifico que, na petição inicial da ação ordinária (de nº 001.2002.042808-2) cuja sentença ora pretendem ver rescindida (fls. 15/20), os autores se insurgiram contra o seu licenciamento *ex officio* das fileiras da Corporação policial, sob o argumento de que não lhes teriam sido asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa e de que o Comandante Geral da Polícia Militar seria autoridade incompetente para o decreto de exoneração.

Não se tratava, destarte, de ação de reintegração fundada na absolvição, na esfera criminal, da acusação que teria dado causa à demissão, cujo prazo prescricional seria contado a partir do trânsito em julgado da sentença penal absolutória – ***circunstância esta que sequer ocorreu no caso concreto, uma vez que o processo criminal a que respondiam os autores teve decretada a extinção da punibilidade pela prescrição, nos termos do art. 123, IV, do CPM (cf. certidões da Vara da Justiça Militar acostadas às fls. 07 e 10).***

O magistrado de primeiro grau, na sentença rescindenda (confirmada por decisão terminativa monocrática da lavra do eminente Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo, fls. 223/227), considerando que os atos de licenciamento *ex officio* foram editados há mais de cinco anos da propositura da ação, reconheceu a prescrição do próprio fundo de direito, com base no art. 1º do Decreto nº 20.910/32.

CM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

333

A esse respeito, é pacífico no âmbito da jurisprudência pátria que a ação que visa à reintegração de servidor público demitido por suposta nulidade do ato administrativo demissionário – ação pessoal contra a Fazenda Pública – prescreve no prazo de cinco anos contados da data da demissão.

Com efeito, os autores foram licenciados através do Boletim Interno nº 124 de **06 de julho de 1988** (cf. nota em ficha de justiça e disciplina acostada pelos próprios autores às fls. 96 e 97), tendo sido aquela ação ordinária proposta apenas no ano de 2002.

No caso em apreço, há um lapso temporal de **14 (quatorze) anos** entre a propositura da ação e o ato inquinado de nulidade, restando evidentemente consumada a prescrição de que trata o Decreto Federal nº 20.910/32, cujo art. 1º estipula:

“As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for sua natureza, prescreve em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem”.

Inclusive, o argumento de que o licenciamento dos autores teria se consumado sem as garantias do contraditório e da ampla defesa **não altera o termo inicial** para a contagem do prazo prescricional, sendo certo que, no caso em lide, depois de decorridos **14 (quatorze anos)** da publicação do ato, tem-se por atingido pela prescrição o próprio fundo de direito dos recorrentes.

Nesse sentido, o Ministro José Delgado, em julgamento de caso originário deste Estado (REsp nº 613317/PE), assentou que **“o início da contagem do prazo prescricional deve ser efetivado da data do ato do qual se originou a suposta lesão ao direito do autor, ou seja, a partir da publicação do ato de licenciamento”.**

Transcrevo, para fins ilustrativos, decisão da Suprema Corte sobre a matéria:

“FUNCIONÁRIO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DO DIREITO.

TENDO O FUNCIONÁRIO DA AUTARQUIA DEIXADO ESCOAR MAIS DE 05 (CINCO) ANOS PARA RECLAMAR ADMINISTRATIVAMENTE E, TAMBÉM, PARA AJUIZAR A AÇÃO, SEU DIREITO FOI ATINGIDO INEXORAVELMENTE PELA PRESCRIÇÃO, DE ACORDO COM O ART. 1º DO DECRETO Nº 20.910, DE 06.01.32, CONSOANTE ENTENDIDO A JURISPRUDÊNCIA DOS PRETÓRIOS DO PAÍS, INCLUSIVE DO STF. APELO DESPROVIDO.

A JURISPRUDÊNCIA TRAZIDA À COLAÇÃO PELO APELANTE, ABONANDO A TESE DA IMPRESCRITIBILIDADE DO FUNDO DO DIREITO, PRESCREVENDO APENAS AS PRESTAÇÕES ESTÁ SUPERADA. É O PRÓPRIO STF QUE O DIZ: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. REENQUADRAMENTO E PERCEPÇÃO DE DIFERENÇA. SÚMULA 443 DO STF.

I - A ORIENTAÇÃO ATUAL DO STF NÃO ABONA A TESE DA IMPRESCRITIBILIDADE DE DIREITO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO.

II - SE INATACADA A MANIFESTAÇÃO, IMPLÍCITA OU EXPLÍCITA, DA NEGAÇÃO DE DIREITOS PELA ADMINISTRAÇÃO, NO PRAZO QUINQUENAL, A PRESCRIÇÃO ESTENDE-SE ALÉM DAS PRESTAÇÕES,





334,

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

ATINGINDO O PRÓPRIO FUNDO DO DIREITO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 443 DO STF. RECURSO CONHECIDO". (RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 113.909-9-SP, PUBLICADO NO DJU DE 01 DE JULHO DE 1988, PÁG. 16.908).

O Superior Tribunal de Justiça também já se pronunciou a respeito, a exemplo do Resp 369.632-PE, Rel. Min. Jorge Scartezzini, cuja Ementa tem o seguinte teor:

"ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - POLICIAL MILITAR - ATO DE LICENCIAMENTO EX OFFICIO - FUNDO DE DIREITO - PRESCRIÇÃO RECONHECIDA - ART. 1º, DO DECRETO Nº 20.910/32 - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COTEJADO.

1 - (...)

2 - A prescrição quinquenal das ações contra a Fazenda Pública atinge o próprio fundo de direito quando o ato da Administração negar a situação jurídica fundamental em que se embasa a pretensão judicialmente veiculada.

3 - Não tendo sido requerida a invalidade do ato de licenciamento, oportuno tempore, apresenta-se evidenciada a ocorrência da prescrição quinquenal, por ter o ato da Administração atingido o próprio fundo de direito. Reconhecimento da prescrição, com fundamento no art. 1º, do Decreto nº 20.910/32. Prejudicada a análise de suposta violação aos arts. 515, 475, II e 535, do CPC, bem como aos arts. 168 e 176, do CC, em face da prescrição reconhecida.

4 - Precedentes (STF, RE nºs 110.4109/SP, 97.631/SP, 80.913/RS e 109.295/RS e STJ, REsp nºs 62.997/PE e EREsp nº 117.614/SP).

5 - Recurso conhecido, nos termos acima expostos e, neste aspecto, provido para, reformando o v. acórdão de origem, reconhecer a prescrição, consoante art. 1º, do Decreto nº 20.910/32, e restabelecer a r. sentença monocrática, em todos os seus termos.

(REsp 369632/PE, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 04.04.2002, DJ 20.05.2002 p. 180)

No mesmo sentido, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO CIVIL. POLICIAL MILITAR. LICENCIAMENTO EX OFFICIO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO. NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. DECRETO Nº 20.910/32. INCIDÊNCIA.

- A ação que visa à reintegração de policial militar, licenciado ex officio, a despeito da alegação de nulidade do ato administrativo, regula-se pela prescrição quinquenal, nos termos do disposto no art.1º do Decreto 20.910/32. Precedentes.

- Recurso especial não conhecido. (STJ, REsp nº 334738/SE, Relator Ministro Vicente Leal, in DJ 03/06/02).

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. MODIFICAÇÃO DE PENA DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SITUAÇÃO CONSOLIDADA. IRRETROATIVIDADE DA LEI. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

1. O art. 40 da Lei Estadual 11.817/2000, que permite a modificação a qualquer tempo da pena disciplinar imposta a policial militar do Estado de Pernambuco, não pode ser aplicado retroativamente para atacar situações já consolidadas. Precedentes.

2. Hipótese em que, quando da edição da Lei Estadual 11.817/2000, já estava prescrito o direito dos recorrentes de rever as penas disciplinares que lhes foram impostas (licenciamentos ex officio a bem da disciplina, cujos atos foram publicados em 28/3/85,



335.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

29/8/74, 1º/12/86, 25/2/85 e 26/8/85, respectivamente), nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32.

3. Recurso ordinário improvido. (STJ, RMS 19854/PE, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, in DJ 27/11/2006).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR. PLEITO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO DA PENA DE LICENCIAMENTO, A BEM DA DISCIPLINA. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ART. 1º DO DECRETO N.º 20.910/32. APLICAÇÃO RETROATIVA DE LEI ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÃO CONSOLIDADA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Os Agravantes não trouxeram argumento capaz de infirmar as razões consideradas no julgado agravado, razão pela qual deve ser mantido por seus próprios fundamentos.

2. É certo que a Lei n.º 11.817/2000 não pode ser aplicada retroativamente para atacar situações consolidadas, bem como direitos prescritos, uma vez que quando da edição da mencionada norma estadual o direito de rever o ato administrativo de licenciamento já estava há muito tempo prescrito, nos termos do Decreto n.º 20.910/32. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no RMS 20162/PE, Min. Laurita Vaz, in DJ 25/06/2007).

Essa posição uníssona dos Tribunais Superiores também é albergada por este Tribunal de Justiça, a exemplo dos precedentes a seguir, exarados justamente em casos de licenciamento:

“APELAÇÃO CÍVEL Nº 41.206-8 – RECIFE

EMENTA. ADMINISTRATIVO- PROCESSO CIVIL – POLICIAL MILITAR- PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. Excluídos da corporação por atos administrativos editados em 19.02.1986, o prazo prescricional de cinco (5) anos, estabelecido no art. 1º do Decreto nº 20.910/32, para que os autores, ex-policiais militares, pudessem questionar a legalidade desses mesmos atos, já se havia, de há muito, escoado, quando do ajuizamento da ação, o qual somente se deu no dia 27.04.1995. A circunstância de ter sido julgada improcedente a denúncia criminal, contra eles formulada, nenhuma repercussão jurídica produz em relação à prescrição, posto que o processo penal, seja comum ou militar, não tem o condão de interromper ou suspender o prazo respectivo. Apelo improvido. Decisão unânime.”

“RECURSO DE AGRAVO Nº 165098-0/01 – RECIFE

EMENTA. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. POLICIAL MILITAR LICENCIAMENTO EX. OFFICIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Incidência do instituto da prescrição quinquenal, por o ato em avença ter sido editado em 05/07/1995, enquanto que o pleito realizado contra o mesmo só ocorreu em 30/08/2006. 2. Decorrência de lapso temporal superior a 10 (dez) anos. 3. Aplicação do art. 1º do Decreto 20.910/32. 4. Recurso de agravo improvido unanimemente”.

Nesse panorama, é incontroverso que não se aplica à espécie o prazo prescricional vintenário previsto no art. 177 do Código Civil de 1916.



336.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Por outro lado, não merece prosperar a tese dos autores de que o prazo de prescrição para desfazimento do ato de licenciamento *ex officio* encontrava-se suspenso até a conclusão do processo criminal a que respondiam pelos mesmos fatos, a teor do art. 200 do Código Civil de 2002.

Ora, o art. 200 do CC se aplica às ações indenizatórias de reparação de dano decorrente de ato ilícito objeto de apuração em processo criminal, **o que não guarda qualquer relação com a hipótese dos autos.**

Como visto, naquela ação ordinária, postulavam os autores a reintegração ao cargo de policial militar arguindo a nulidade do ato de licenciamento *ex officio* – por suposta ausência de observância ao princípio do devido processo legal e suposta incompetência do Comandante Geral da Polícia Militar para a edição do ato.

Logo, não há identidade de matéria entre a hipótese em lume e as ações de responsabilidade civil que dependam de apuração do fato no juízo criminal.

Ademais, é cediço que **a esfera administrativa é soberana para julgar o ilícito administrativo que constitua, também, em tese, ilícito penal.**

Assim sendo, a imposição de sanção disciplinar pela Administração Pública prescinde de anterior julgamento na esfera criminal, consoante o amplo entendimento consolidado nos Tribunais Superiores sobre o tema:

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO: DEMISSÃO. ILÍCITO ADMINISTRATIVO E ILÍCITO PENAL. INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA: AUTONOMIA. PRESCRIÇÃO: Lei 8.112/90, art. 142. I. - Ilícito administrativo que constitui, também, ilícito penal: o ato de demissão, após procedimento administrativo regular, não depende da conclusão da ação penal instaurada contra o servidor por crime contra a administração pública, tendo em vista a autonomia das instâncias. II. - Precedente do STF: MS 23.401-DF, Velloso, Plenário. III. - Na hipótese de a infração disciplinar constituir também crime, os prazos de prescrição previstos na lei penal têm aplicação: Lei 8.112/90, art. 142, § 2º. Inocorrência de prescrição, no caso. IV. - Alegação de flagrante preparado: alegação impertinente no procedimento administrativo. V. - Mandado de segurança indeferido. (STF. MS 23242/SP, Relator: Ministro Carlos Velloso, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, DJ: 17-05-2002 PP-00059)”. Grifei.

“ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR REFORMADO. INFRAÇÃO DISCIPLINAR. PUNIÇÃO PELO CONSELHO DE DISCIPLINA. POSSIBILIDADE. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

1. É firme o entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de que as esferas criminal e administrativa são independentes, estando a Administração vinculada apenas à decisão do juízo criminal que negar a existência ou a autoria do crime.

2. Por expressa previsão na legislação local, o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado do Maranhão é competente para aplicar sanções disciplinares aos militares da reserva.

3. Recurso ordinário improvido. (STJ. RMS 19493/MA, Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, julgamento: 03/10/2006)”. Grifei.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

337.

Nessa ordem de idéias, a circunstância de estarem os militares respondendo à ação penal acerca dos mesmos fatos que deram origem à sua exclusão do serviço público não constituía óbice à fluência do prazo prescricional quinquenal para desfazimento do ato de licenciamento *ex officio*.

Nessa perspectiva, é de se afirmar a inexistência de violação a dispositivo literal de lei, sendo certo, ademais, que a inicial deste feito não aponta nenhuma razão de fato ou de direito que pudesse ensejar o reconhecimento de algum equívoco na sentença rescindenda.

Ante o exposto, sendo manifesta a inexistência de violação a dispositivo literal de lei, **julgo improcedente** a presente rescisória, condenando os autores ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, no importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

É o voto.

Recife, 08 de outubro de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AÇÃO RESCISÓRIA – 0151783-5/01

AUTORA: Roberto Silva Braz e Reginaldo Gomes da Silva

RÉU: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Melo

REVISOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

VOTO REVISOR

AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DA CONTESTAÇÃO DO ESTADO NÃO ACOLHIDA. CITAÇÃO DO RÉU OCORRIDA EM 07/05/2010 (SEXTA-FEIRA), INICIANDO-SE O PRAZO PARA A FAZENDA PÚBLICA CONTESTAR EM 10/05/2010 (1º DIA ÚTIL). PRAZO EM QUÁDRUPLO PARA CONTESTAR. RESPOSTA PROTOCOLADA EM 04/06/2010, DENTRO DO PRAZO LEGAL. QUANTO AO MÉRITO DA DEMANDA RESCISÓRIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. AÇÃO ORDINÁRIA. LICENCIAMENTOS EX-OFFÍCIO DAS FILEIRAS DA POLÍCIA MILITAR. AUTORES SE INSURGEM CONTRA TAL ATO ADMINISTRATIVO SOB O ARGUMENTO DE NÃO TER SIDO ASSEGURADO A ELES AS GARANTIAS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU CONSIDEROU QUE REFERIDOS ATOS DE LICENCIAMENTO FORAM EDITADOS HÁ MAIS DE 05 ANOS DA PROPOSITURA DA AÇÃO, RECONHECENDO A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO DA DEMANDA, COM BASE NO DECRETO Nº 20.910/32. DECISÃO DE 1º GRAU RATIFICADA EM APELAÇÃO JULGADA PELA RELATORIA DO DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO. DECISÃO QUE SE PRETENDE RESCINDIR. AUTORES LICENCIADOS EM 06/07/1988, INTERPONDO A AÇÃO ORDINÁRIA APENAS EM 2002, OU SEJA, DECORRIDOS 14 (QUATORZE) ANOS DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS. PRESCRIÇÃO DO PRÓPRIO FUNDO DE DIREITO. NÃO MERECE PROSPERAR A TESE DOS DEMANDANTES DE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL ENCONTRAVA-SE SUSPENSO, POIS AINDA RESPONDIAM A PROCESSOS DE CUNHO CRIMINAL. É QUE INEXISTE IDENTIDADE ENTRE A HIPÓTESE EM LUME E AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL QUE DEPENDAM DE APURAÇÃO DO FATO NO JUÍZO CRIMINAL. LOGO, A IMPOSIÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR PRESCINDE DE ANTERIOR JULGAMENTO NA ESFERA CRIMINAL, NÃO PODENDO ESSE ÚLTIMO CONSTITUIR ÓBICE À FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL PARA DESFAZIMENTO DE ATO DE LICENCIAMENTO EX-OFFICIO. CONCLUSÃO: INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO LITERAL DE LEI.

Ante o exposto, primeiramente **julgo pelo não acolhimento da preliminar de intempestividade suscitada pelos demandantes e, no mérito, por não visualizar a presença de violação literal a dispositivo de lei, julgo improcedente a presente ação rescisória** condenando os autores ao pagamento das custas e de honorários advocatícios em R\$1.000,00 (um mil reais).

É como voto.

Recife, 08 de outubro de 2013


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Revisor